

Ferrovias Norte e Sul S.A

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ferrovia Norte Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovia Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria (“PAA”) é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 4 (r) e nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes ferroviários de carga à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia da informação e requerendo uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços e de faturamento, desde a captura, o processamento e o registro das transações. Esse assunto foi considerado como um PAA em virtude da complexidade, do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia da informação e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento de receita.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Para responder a esse PAA, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho e da implementação das atividades relevantes, bem como a efetividade da operação de controles internos da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento da receita.
- (ii) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento da receita.
- (iii) Teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, com base na estimativa elaborada pela Diretoria, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo.
- (iv) Teste, em base amostral, sobre a exatidão da emissão de faturas.
- (v) Avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de reconhecimento de receita da Companhia. Há ajustes identificados, considerados imateriais, que não foram registrados pela Companhia. Em função disso, alteramos a nossa avaliação quanto à natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial do saldo de fornecedores registrado em 31 de dezembro de 2022 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

Relatório da Administração

1. Mensagem da Diretoria

O ano de 2022 foi marcado por um início desafiador para a operação da VLI devido ao elevado volume de chuvas na região central de Minas Gerais, ocasionando paralisações parciais da malha da Ferrovia Centro Atlântica e das malhas de terceiros utilizados pela companhia.

Apesar desse impacto inicial a VLI conseguiu recuperar-se ao longo dos demais trimestres, finalizando o ano com uma Receita Líquida 18% superior à 2021, com boa demanda proveniente de todos os segmentos de atuação. Da mesma forma nosso EBITDA recorrente cresceu 20% (atingindo R\$ 3.35 bilhões) – esse indicador, que está diretamente relacionado com geração de Caixa Operacional, permitiu fecharmos o ano com uma redução no endividamento líquido para 2.07 x EBITDA recorrente.

Dentro os muitos avanços de negócio, governança e operacionais que tivemos em 2022 destacamos:

- O início da operação de transporte de celulose solúvel para a LD - esse contrato possui duração de 30 anos e vincula-se à estratégia do cliente, que construiu uma nova fábrica integrada à nossa malha no município de Indianópolis (MG).
- O início das atividades do Terminal Porto Franco (TIPF) no Maranhão. Essa unidade possui capacidade de movimentar 600 mil toneladas por ano, com destaque para as cargas de soja e milho provenientes do Maranhão, Pará e Piauí.
- A celebração do contrato para gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) em conjunto com outras operadoras.
- A eleição da Sra. Mônica Stefanini Herrero, o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração, o que fortalecerá ainda mais nossas melhores práticas de Governança Corporativa.

Em 2023 seguiremos nosso plano de crescimento, ampliando relacionamentos com nossos clientes através da co-criação de soluções para geração de valor sustentável, reduzindo e/ou eliminando gargalos logísticos, reforçando nossos cuidados com a Saúde e Segurança, acelerando nossa agenda para equidade de gênero e fortalecendo os vínculos com as comunidades conectadas conosco.

Seguimos com nosso propósito de Transformar a Logística do Brasil.

Fabio Marchiori
CEO interino / CFO

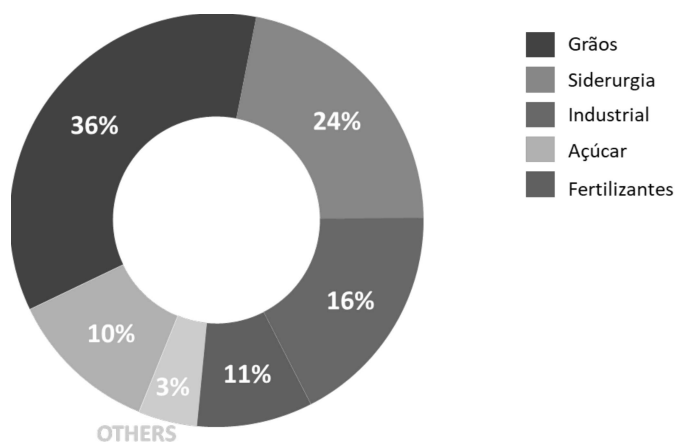
2. Resultados

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
(em milhões de R\$)	2020	2021	2022
Receita bruta	957	1.140	1.568
Receita líquida	917	1.097	1.503
EBITDA	517	564	851
Resultado do exercício	291	272	511
Volume ferrovia (milhões de TKU)	9.642	10.853	12.854
Dívida bruta	-	500	502
Caixa e aplicações financeiras	578	333	374
Dívida líquida	-	167	128
Margem EBITDA Ajustado	56,4%	51,4%	56,6%

A Ferrovia Norte Sul (FNS) finaliza o ano de 2022 com avanços operacionais e financeiros, ao atingir o EBITDA de R\$ 851 Milhões, crescimento de 51% quando comparado ao ano anterior. Além do resultado operacional fechamos o ano com um crescimento de R\$ 406 Milhões na receita líquida da FNS.

Esse crescimento é impulsionado por um mix estrategicamente diversificado, conforme abaixo:



3. Investimentos

(a) Investimentos realizados

Os investimentos do Grupo em ativos imobilizados e intangíveis atingiram R\$ 1,8 bilhões em 2022; tal volume de recursos foi alocado em projetos para aumento de capacidade de transporte e elevação portuária, extensão de vida útil e aumento de eficiência dos ativos operacionais bem como projetos para preservação do meio ambiente e da saúde e segurança dos colaboradores.

(b) Financiamentos

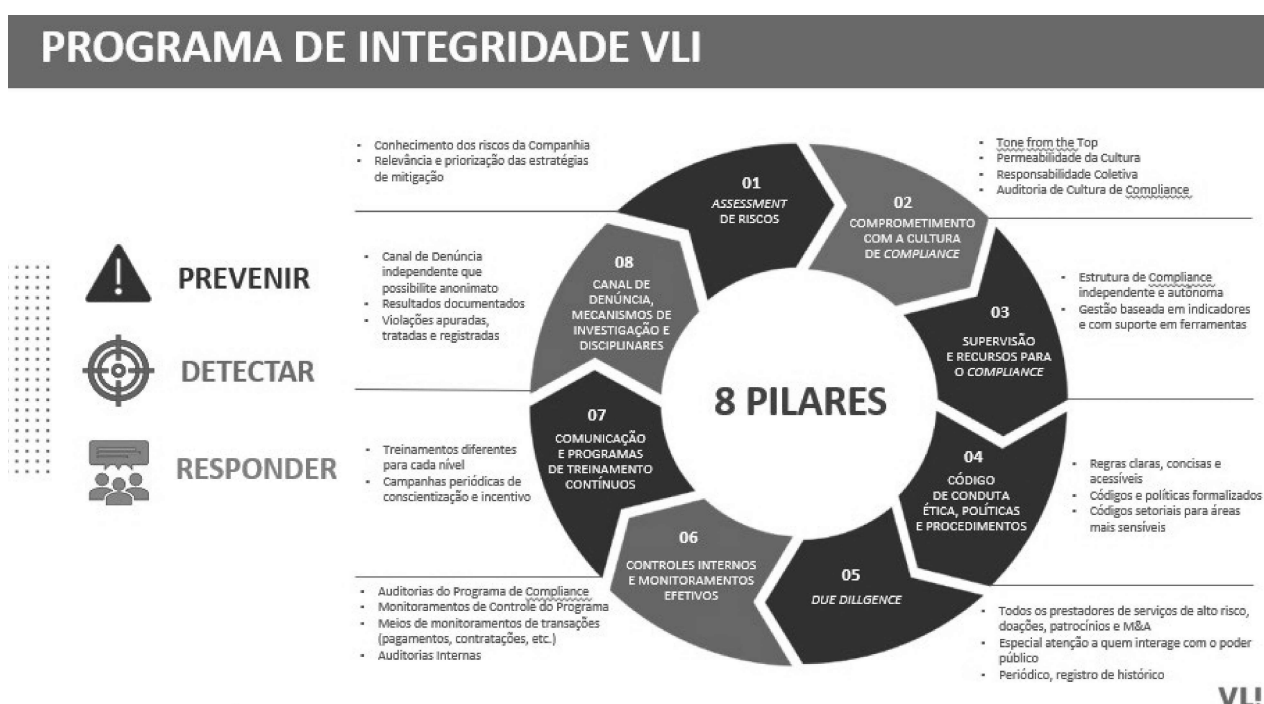
Atualmente o Grupo possui um índice de alavancagem (Dívida líquida / EBITDA Recorrente) de 2,07 x e um prazo médio de vencimentos de 2,3 anos.

4. Ética e Integridade:

A VLI tem uma preocupação contínua em manter os mais elevados padrões de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar e compartilhar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Por isso, está sempre trabalhando em prol da integridade e da civilidade.

Buscamos inspirar e engajar todos os empregados e parceiros a se comprometerem com as diretrizes e valores éticos que devem nortear todas as ações, atividades e negócios da Companhia. Este compromisso foi renovado em 2021 após a revisão do Código de Conduta Ética.

O Programa de Ética e Conformidade da VLI é estruturado a partir dos elementos de prevenção, detecção e respostas, cujos pilares são baseados na metodologia ABC (*Anti-Bribery & Corruption*):



O objetivo do Programa de Ética e Conformidade é estabelecer processos que promovam um ambiente ético, em conformidade ao Código de Conduta Ética da VLI, às Políticas e Procedimento Internos, bem como à legislação aplicável aos seus negócios. As atividades do Programa são reportadas mensalmente ao Comitê de Ética e aos acionistas.

Dentre as iniciativas do Programa de Ética, destaca-se: O lançamento dos “Inegociáveis” que trouxe clareza sobre os comportamentos inadequados que são inadmissíveis e não tolerados na VLI; a campanha “Basta! Na VLI a falta de ética não tem vez” e o normativo de Gestão de Consequências, todos atestando a seriedade e o limite que a Companhia traçou para esse tema.

A VLI renovou a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, que tem o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e a redução das diferentes práticas de corrupção. Essa adesão representa o compromisso da VLI para a aceleração deste tema na Companhia e o seu posicionamento frente ao mercado.

Ainda, em 2022 a VLI implantou um processo adicional de *due diligence* em relação às sanções internacionais. O objetivo dessa análise é assegurar que as sanções impostas contra países, entidades e pessoas físicas pelas principais normas e regulamentos internacionais são cumpridas pela VLI na condução de seus negócios, salvaguardando sua reputação e mitigando o risco da aplicação de sanções, multas e demais penalidades.

Baseado nos valores da Companhia, a VLI disponibiliza um Canal de Ética para colaboradores, terceiros ou qualquer pessoa, mesmo que não tenha vínculo com a empresa, com o objetivo de permitir uma comunicação segura e confidencial. Esse canal pode ser utilizado de forma anônima.

Adicionalmente, como parte de sua estratégia para criar um ambiente íntegro e inclusivo, a VLI implementou em 2022 o canal de ética exclusivo para mulheres, com um atendimento diferenciado e profissionais preparadas para receber, acolher e tratar casos específicos do público feminino.

5. Gestão de Pessoas:

Em 2022 mantivemos focados nas pessoas para sustentar a nossa estratégia “Conexão 2030”. Um caminho que vai nos posicionar como a primeira escolha dos clientes e referência na logística brasileira.

Com o objetivo de ter ao nosso lado as melhores pessoas e deixar um legado de transformação para as gerações futuras do país, a VLI investiu no desenvolvimento e encareiramento dos empregados. A partir da Cultura Organizacional, pautada nos seus comportamentos e crenças e nos seis valores que nos norteiam: Cuidado Genuíno; Orientação para Resultados; Foco na prosperidade dos Clientes; Atitude Certa; Valor Compartilhado e Empreendedorismo.

Buscamos fortalecer a diversidade e a inclusão, para que cada vez mais nosso time encontre na VLI um ambiente em que todos possam ser quem são, sem medo de se expressar. Além disso, nossa busca incansável pela entrega de resultados e nossa paixão por servir serão essenciais e inegociáveis nessa jornada.

Todos os trabalhos direcionados para criar um ambiente de respeito, confiança e sem melindres tem proporcionado o engajamento e redução do turnover para valores inferiores à referência de mercado.

Em 2022 contratamos o primeiro membro independente do nosso Conselho de Administração e avançamos de 16% para 21% a participação de mulheres em posições de liderança.

Foi realizado nesse ano o Censo de Diversidade da VLI, que nos permitiu conhecer melhor a demografia racial da VLI e redefinir nossos desafios de equidade racial, visando ampliar a participação de negros em posições de alta liderança. Tivemos mais de 1.500 participações nos encontros dos grupos de afinidade e lançamos o Programa Disseminadores, que capacitou membros dos grupos para levarem os temas discutidos nas reuniões para outros espaços da VLI.

Em 2022 a VLI lançou também os “Inegociáveis”, reforçando nosso compromisso de garantir um ambiente onde todos sejam respeitados e não tenham receio de se expressar. A alta liderança manteve o envolvimento com o tema, mantendo a atuação como *sponsors* dos grupos além de fomentar a temática nas agendas ao longo do ano.

6. Sustentabilidade

A transformação está no DNA da VLI que ao transportar as riquezas do Brasil, seja pela malha ferroviária, portos ou terminais, alia o desenvolvimento econômico a construção de uma sociedade mais ética, sustentável, diversa e inclusiva. Assim, a VLI tem como visão de futuro transformar a logística do Brasil e se tornar referência em sustentabilidade na logística brasileira.

Para isso, nos comprometemos com seis compromissos que compõem a nossa agenda ESG intitulada como “VLI para o amanhã – conexões para um mundo melhor”. Esses compromissos estão distribuídos em 3 pilares com metas estabelecidas para alcance até 2030: Segurança nas operações; Legado para o planeta e Valor para as relações. Com esses compromissos, buscamos ampliar condições de saúde e segurança do nosso time, mitigar as mudanças climáticas e fomentar fornecedores locais.

Os compromissos estão vinculados ao planejamento estratégico da companhia, assim como a seu propósito, visão e valores. Em 2022, a agenda de compromissos foi atrelada à remuneração variável da alta liderança, buscando a evolução da agenda. O Comitê de Estratégia e ESG, composto pela Diretoria Executiva suportou o processo com a discussão periódica em reuniões dos temas ambientais, sociais e de governança junto com a estratégia da companhia.

Para promover o engajamento de toda a equipe, são realizadas ações de conscientização de todos os empregados, independentemente de cargos e funções. Em 2022, o treinamento para disseminação de conceitos ESG alcançou 85% da liderança, de supervisores a diretoria.

Em consonância com essa agenda, a VLI se compromete com importantes movimentos como o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos; o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, proposto pela *Childhood* Brasil; e o Pacto Global da ONU.

Em 2022, foram investidos mais de R\$2 milhões em iniciativas socioambientais que contemplam projetos de educação, cultura e economia circular, beneficiando diretamente cerca de 30 mil pessoas, em 23 municípios.

Entre nossos projetos de 2022, destacam-se:

- As iniciativas de Ajuda Humanitária destinadas aos estados da Bahia, Minas Gerais e Maranhão atingidas pelos fortes temporais.
- Projeto Novo Trilho que transforma o resíduo em renda para a comunidade e para o ecossistema da reciclagem além de preservar o meio ambiente.
- Programa de Educação Ambiental que promove ações de conscientização para empregados e comunidades. Pautada nos Pilares da Unesco para a Educação no Século XXI, a metodologia do programa se baseia no princípio de que a mudança de atitude é resultado do conhecimento. Em 2022, o programa viabilizou treinamento para 8.634 pessoas, entre empregados próprios e terceiros. Foram realizadas campanhas temáticas, como: Semana da Água, Semana do Meio Ambiente e Semana do Resíduo; realizados 248 Diálogos de Educação Ambiental – DEA, que abordaram emissões atmosféricas, efluentes industriais e sanitários, produtos químicos, queimadas urbanas e rurais.

Além das iniciativas de investimento social, a VLI mantém diálogo transparente e permanente com as comunidades que convivem com as suas operações. Uma das ferramentas usada para este fim é o Alô VLI, um canal 0800 disponível para o registro de manifestações. Todas as manifestações são encaminhadas e tratadas.

A VLI cuida do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental eficiente, com adoção de ações preventivas no sentido de mitigar os impactos associados às atividades da companhia. Buscamos deixar um legado para as gerações futuras com o desenvolvimento socioeconômico atrelado à preservação ambiental, em sintonia com os ideais de governança e respeito à sociedade em geral.

Neste sentido, as equipes de colaboradores são estimuladas na mitigação de riscos e na constante valorização de novas tecnologias e recursos ambientalmente eficazes e sustentáveis.

Em 2022, a VLI implementou e finalizou mais de 64 hectares de plantio compensatório, atuou no monitoramento da fauna e 4 áreas contaminadas foram reclassificadas como “Área Reabilitada para Uso Declarado”.

Foram realizadas cerca de 320 medições de ruídos e vibrações ao longo do ano e monitoramento de aproximadamente 90 pontos de qualidade do ar com o intuito de continuar zelando pela qualidade do meio ambiente.

Transcorrido o ano foram realizadas mais de 900 atividades de educação ambiental contemplando público interno, escolas, associações de bairro, capacitações ambientais e formação de professores em 09 estados. Entre empregados e comunidades, tivemos mais de 10.000 participações nas atividades educativas do programa Atitude Ambiental.

A companhia monitorou cerca de 358 pontos, dispersos entre 50 municípios, distribuídos entre águas subterrâneas, águas superficiais e efluentes. Para garantir a qualidade da água consumida, manuseada e efluentes lançados, monitoramentos quali-quantitativos são realizados periodicamente.

Contabilizando as renovações e novas emissões, mais de 33 licenças ambientais e autorizações foram expedidas, além da elaboração e protocolos nos respectivos órgãos ambientais de relatórios de atendimento de condicionantes. Ressalta-se que houve uma redução de mais de 50% no registro de comunicação de ocorrências com impactos significativos para órgãos ambientais nos últimos dois anos.

Desta forma contribuímos efetivamente para a sociedade e legado para o Planeta.

7. Auditores Independentes:

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

Ferrovia Norte-Sul S/A - FNS
CNPJ 09.257.877/0001-37
Balanco Patrimonial - BP

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	373.592	333.241
Contas a receber	6	57.493	17.780
Estoques		30.666	27.777
Tributos a recuperar	8	24.882	28.271
Despesas pagas antecipadamente		3.013	259
Demais ativos		5.311	4.889
Total do ativo circulante		494.957	412.217
Não circulante			
Contas a receber	6	426.303	403.180
Tributos a recuperar	8	89.017	84.321
Demais ativos		14.100	9
Depósitos judiciais	9	2.241	2.458
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	-	4.179
Imobilizado	10	1.723.357	1.455.072
Intangível	11	1.744.123	1.700.900
Total do ativo não circulante		3.999.141	3.650.119
Total do ativo		4.494.098	4.062.336
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	352.489	67.445
Contas a pagar	12	7.055	1.063
Financiamentos	13	7.413	1.769
Debêntures	13	2.917	2.129
Tributos a recolher	14	3.023	2.265
Tributos a recolher sobre o lucro	14	19.686	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	18.243	17.877
Arrendamentos e subconcessão	17	3.636	14.231
Dividendos a pagar	16	93.903	274.861
Demais passivos		6.662	145
Total do passivo circulante		515.027	381.785
Não circulante			
Financiamentos	13	167.023	172.402
Debêntures	13	324.285	324.083
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	9.127	-
Arrendamentos e subconcessão	17	402.522	376.091

Demais passivos		-	32
Benefícios a empregados	25.1	-	1.424
Provisão para processos judiciais	9	37.451	36.722
Total do passivo não circulante		940.408	910.754
Patrimônio líquido	18		
Capital social		1.859.134	1.859.134
Reservas de lucros		1.179.529	910.663
Total do patrimônio líquido		3.038.663	2.769.797
Total do passivo e patrimônio líquido		4.494.098	4.062.336

Ferrovia Norte-Sul S/A - FNS**CNPJ 09.257.877/0001-37****Demonstração de Resultado do Exercício - DRE**

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida dos serviços prestados	19	1.503.763	1.096.580
Custo dos serviços prestados	20	-774.326	-657.529
Lucro bruto		729.437	439.051
Receitas (despesas) operacionais		-85.856	-81.110
Gerais e administrativas	21(a)	-49.030	-65.608
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21(b)	-36.947	-15.794
Ganho líquidos sobre ativos financeiros	6	121	292
Lucro operacional antes do resultado financeiro		643.581	357.941
Resultado financeiro	22	-37.611	-28.932
Receitas financeiras		39.964	21.844
Despesas financeiras		-82.269	-43.637
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		4.694	-7.139
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		605.970	329.009
Imposto de renda e contribuição social	23	-94.327	-57.051
Tributos correntes		-191.470	-106.632
Tributos diferidos		-13.305	-10.285
Incentivos fiscais		110.448	59.866
Lucro líquido do exercício		511.643	271.958
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	18(b)	0,28	0,15

Ferrovias Norte e Sul S/A
CNPJ 09.257.877/0001-37

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais (Nota 18(c))		
Em 31 de dezembro de 2020	1.859.134	78.983	311.130	298.216	-	2.547.463
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	271.958	271.958
	-	-	-	-	271.958	271.958
Total do resultado abrangente do exercício						
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas	-	13.598	148.870	59.866	- 222.334	-
Dividendos mínimos propostos (Nota 16)	-	-	-	-	- 49.624	- 49.624
Em 31 de dezembro de 2021	1.859.134	92.581	460.000	358.082	-	2.769.797
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	511.643	511.643
	-	-	-	-	511.643	511.643
Total do resultado abrangente do exercício						
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas						
Constituições de reservas		25.582	281.710	110.448	- 417.740	-
Dividendos mínimos propostos (Nota 16)	-	-	-	-	- 93.903	- 93.903
Dividendos adicionais (Nota 16)	-	-	- 148.874	-	-	- 148.874
Em 31 de dezembro de 2022	1.859.134	118.163	592.836	468.530	-	3.038.663

Ferrovias Norte e Sul S/A
CNPJ 09.257.877/0001-37
Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC

	Notas	44.926	44.561
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		511.643	271.958
Ajustes de			
Depreciação e amortização	20	207.959	205.776
Provisão para desvalorização de estoques	21(b)	197	890
Provisão para baixa de ativos	21(b)	1.612	-
Perdas de recebíveis	21(b)	808	658
Reversões para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	6	- 120	- 292
Provisões para processos judiciais, líquidas	9, 21(b) e 22	2.256	5.830
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	22	- 4.694	7.139
Ajuste a valor presente	22	113	1.764
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado	21(b)	6.623	14.142
Despesas com benefícios a empregados	-	27	1.378
Receitas diferidas	-	48	- 48
Tributos correntes		19.686	-
Tributos diferidos sobre o lucro	23(a)	13.305	10.285
Encargos de fianças	22	896	590
Despesas financeiras - juros sobre financiamentos e debêntures	22	62.782	25.722
Amortização de custos de transação sobre financiamentos e debêntures	22	432	270
Despesas financeiras - arrendamentos	22	9.496	9.926
		832.919	555.988
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	-	42.355	3.674
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	- 2.909
Estoques	-	3.086	32.415
Tributos a recuperar		11.352	12.395
Despesas pagas antecipadamente		259	1.965
Depósitos judiciais		399	- 1.708
Demais ativos	-	17.521	1.954
Fornecedores		45.237	- 111.729
Contas a pagar		5.879	- 34.094
Tributos a recolher		758	- 76
Tributos a recolher sobre o lucro		-	312
Obrigações sociais e trabalhistas		366	4.088
Benefícios a empregados	-	1.397	- 84
Provisão para processos judiciais	9	- 1.527	- 1.210
Demais passivos		6.657	- 515
Caixa gerado pelas operações		837.940	460.466
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	10.135	- 48.901
		827.805	411.565

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	21(b)		294	655
Aquisição de imobilizado e intangível	4(v), 10 e 11	-	253.531	- 917.509
		-	253.237	- 916.854

Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de financiamentos e debêntures, líquidas dos custos de transação	13	-	104	495.793
Pagamento de juros de financiamentos e debêntures	13	-	61.855	- 21.402
Pagamentos de obrigações de arrendamento	17	-	48.527	- 59.654
Dividendos pagos	16	-	423.731	- 154.454
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		-	534.217	260.283
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa				- 245.006
			40.351	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5		333.241	578.247
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5		373.592	333.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrovia Norte-Sul S/A - FNS
CNPJ 09.257.877/0001-37
Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Vendas brutas de serviços (Nota 19)	1.560.721	1.140.451
Outras receitas	62.221	48.202
Perdas por redução ao valor recuperável –	121	292
	1.623.063	1.188.945
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-318.566	-281.938
Materiais, energia, serviços de terceiros e c	-352.584	-238.319
Provisão para processos judiciais, líquida d	461	-8.714
Outros	-13.106	-9.899
	-683.795	-538.870
Valor adicionado bruto	939.268	650.075
Depreciação e amortização	-207.959	-205.776
Valor adicionado líquido produzido	731.309	444.299
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais	61.713	55.998
	61.713	55.998
Valor adicionado total a distribuir	793.022	500.297
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	81.583	80.418
Remuneração direta	49.531	49.028
Benefícios	20.091	19.029
FGTS	3.551	3.610
Outros	8.410	8.751
Impostos, taxas e contribuições	103.931	66.154
Federais	104.374	65.778
Estaduais	-561	113
Municipais	118	263
Remuneração de capitais de terceiros	95.865	81.767
Remuneração de capital próprio	511.643	271.958
Valor adicionado distribuído	793.022	500.297

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, com capital aberto, mas sem negociações de ações, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes. O endereço de sua sede é Avenida dos Portugueses, s/n, Prédio Diln, 1º andar, Sala 01, no município de São Luís, Maranhão.

O controlador final da Companhia é a VLI S.A.

A Companhia detém a concessão de serviços de transporte ferroviário de cargas, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Concessão	Área de abrangência	Término da Concessão
Malha Norte Sul	Trechos entre Açailândia - MA e Palmas - TO	Dezembro de 2037

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia (MA) e Palmas (TO). O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- (i) 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (ii) 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal.
- (iii) 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009.
- (iv) 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia (Notas 6 e 17).

Todos os trechos encontram-se em operação.

2 - Base de preparação e principais políticas contábeis

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normais internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Referência à Estrutura Conceitual e apresentação das demonstrações contábeis
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) e IFRS - Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8 / CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12 / CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação
Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Alteração ao IAS 1 – “Apresentação das demonstrações contábeis:

De acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento Passivos por Desativação, Restauração e Outros
 - (ii) Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionadas devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e realização de impostos diferidos ativos e realização de impostos diferidos ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iii) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12 / ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16 / CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(e) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de redução do valor recuperável aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “Take or pay”; e;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime - ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratarem de títulos com natureza específica

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(f) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(e)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Locomotivas e vagões	12
Máquinas, equipamentos e instalações	21
Edifícios e benfeitorias	19
Via permanente	29

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(i) Intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se dividem em:

- (i) Direitos de subconcessão - Refere-se ao valor pago e a pagar para operar os trechos de subconcessão para FNS, entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins. A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão, até julho de 2037.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Softwares, equipamentos e aplicativos de informática	5
Benfeitorias em bens arrendados	25
Direitos de concessão e subconcessão	8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. As revisões de redução do valor recuperável são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível redução do valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de redução do valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação da redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por redução do valor recuperável, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da redução do valor recuperável na data do balanço.

(k) Fornecedores e contas a pagar (risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresa da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto (custeado pelo próprio fornecedor) e, quando contratado entre banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realização uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(I) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

	FNS
Vagões	de 8,85% a 8,90%
Locomotivas	1,16% a 8,13%
Terminais	de 10,83% a 10,94%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(m) Subconcessão

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as Companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- (i) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

(n) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(o) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE e SUDAM que são contabilizados com base no IAS 20 / CPC 07. O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão e Tocantins.

O Reinvestimento é um incentivo fiscal concedido pela SUDENE que reduz em 30% o IRPJ devido. O valor obtido com este incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching e Phantom*) estão descritos na Nota 25. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(q) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis e sem valor nominal.

(r) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transportes ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: (i) quando a Companhia cumpre com as obrigações de desempenho; (ii) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários a medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(s) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, restringidos os efeitos apurados ao resultado e referentes aos incentivos fiscais do exercício e até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(t) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 24, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

(v) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 15.469 (Notas 10 e 17);
- (ii) aquisição de material rodante da controladora e no montante de R\$ 338.890, tendo sido R\$ 100.000 já pagos em 2022 (Nota 7);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 93.903, referentes ao resultado do exercício de 2021 (Nota 16);
- (iv) provisão para baixa de ativos e provisão de estoques para intangíveis nos respectivos montantes de R\$ 1.612 e R\$ 2 (Nota 21(b) e 11);
- (v) deliberação de dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 148.874 (Nota 16).

As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão representadas pelas:

- (i) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do CPC 06 / IFRS 16 no montante de R\$ 17.309 (Notas 10 e 17);
- (ii) aquisição de material rodante da controladora já liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Nota 7);
- (iii) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 49.624, referentes ao resultado do exercício de 2021 (Nota 16).
- (iv) Provisão de estoques para intangíveis no montante de R\$ 2 (Nota 11).

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.934	1.092
Aplicações financeiras (i)	369.658	332.149
	373.592	333.241

- (i) Aplicações em operações compromissadas e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), efetuados através de fundo de investimento restrito do Grupo VLI (R\$ 99.282), bem como de forma própria (R\$ 270.376 (2021 – R\$ 332.149)), com remuneração média de 103,04% (2021 – 104,01%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor.

6 - Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Contas a receber de terceiros	32.038	16.640
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 7)	25.455	1.260
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	-	(120)
Contas a receber de clientes, líquidas	57.493	17.780
Não circulante		
Contas a receber - Valec (i)	418.970	393.465
Contas a receber de terceiros	7.333	9.715
	426.303	403.180
	483.796	420.960

- (i) Saldo referente a:

- (a) Multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão celebrado entre a FNS e a Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("Valec") no montante de R\$ 295.742 (2021 - R\$ 274.746). Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante, em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento e são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, conforme contrato.
- (b) Termo de Compromisso ("TC") celebrado entre a FNS, o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e a Valec no montante de R\$ 123.228 (2021 - R\$ 118.719). Este termo de compromisso obriga a Companhia a apresentar o levantamento atualizado dos passivos ambientais, existentes nos trechos em operação da ferrovia, e a apresentar plano de trabalho, perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale, para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais. Os ativos advindos das regularizações perante ao IBAMA são de posse e propriedade da FNS.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui passivos com a Valec nos montantes de R\$ 303.166 (2021 - R\$ 286.141), respectivamente (Nota 17). Os ativos supracitados não possuem valores em provisão para perda, uma vez que há montantes retidos para pagamento relevantes; há acordos firmados entre as partes que sustentam os ativos; o devedor de última instância é a União.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	(121)	(55)
(+) Aumento	(322)	(66)
(-) Redução	443	-
Saldo ao final do exercício	-	(121)
Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)		
Saldo no início do exercício	-	(358)
(+) Aumento	-	(5.918)
(-) Redução	-	6.276
Saldo ao final do exercício	-	-
	-	(121)
Variação operacional - resultado	121	292
	121	292

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	483.074	419.344
Vencidos até 3 meses	794	37
Vencidos de 3 a 6 meses	174	2
Vencidos acima 6 meses	(246)	1.697
Contas a receber de clientes	483.796	421.080

7 - Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Balço patrimonial		
Ativo circulante		
Contas a receber (i) (Nota 6)		
Entidades sob o controle da Controladora	35	105
Outras	25.420	1.155
	25.455	1.260
Passivo circulante		
Fornecedores (ii) (Nota 12)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.) (iv)	241.529	3.844
Controladora final (VLI S.A.)	932	706
Entidades sob o controle da Controladora	1.793	2.719
Outras	2.515	934
	246.769	8.203
Obrigações por arrendamento (iii)		
Outras	3.636	9.347
	3.636	9.347
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (iii)		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	99.156	86.140
Outras	200	3.809
	99.356	89.949

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	-	11.767
	-	11.767
Custos e despesas		
Custo com direito de passagem (vi)		
Outras	(125.796)	(123.435)
	(125.796)	(123.435)
Custo dos serviços		
Entidades sob o controle da Controladora	(2.047)	-
Outras	(5.909)	(880)
	(7.956)	(880)
Custos Compartilhados		
Entidades sob o controle da Controladora	(17.037)	(11.416)
	(17.037)	(11.416)
Previdência complementar		
Outras	(624)	(606)
	(624)	(606)
Outras receitas (despesas) operacionais (vii)		
Controladora final (VLI S.A.)	(11.095)	(11.000)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(34.115)	(23.882)
Outras	(1.457)	44
	(46.667)	(34.838)

- (i) Os créditos com empresas ligadas no ativo circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços.
- (ii) O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais, compartilhamento de gastos e/ou itens para o ativo imobilizado.
- (iii) Referem-se as obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais perante a VLI Multimodal S.A. e vagões perante a Mitsui Rail Capital ("MRC") (empresa do Grupo Mitsui e acionista indireto de FNS). Com base no CPC 06 (R2) / IFRS 16, os efeitos de contabilização no resultado são registrados como depreciação (Nota 20) e despesas financeiras (Nota 22).
- (iv) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2022 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 338.890, embasado em valor justo de mercado, tendo sido R\$ 100.000 já liquidados em 2022.
- (v) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.
- (vi) Os custos com direito de passagem com a Vale representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.
- (vii) Saldos referem-se substancialmente a despesas com compartilhamento de gastos, representando os gastos com serviços prestados envolvendo os processos transacionais de suprimentos, financeiro, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora final (VLI S.A.)	(11.095)	(11.000)
Controladora (VLI Multimodal S.A.)	(34.115)	(23.882)
	<u>(45.210)</u>	<u>(34.882)</u>

7.1 – Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo (Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A., em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 21(a)).

8 - Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
PIS e COFINS a compensar	15.516	18.283
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	9.366	9.988
	<u>24.882</u>	<u>28.271</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	61.226	57.570
PIS e COFINS a compensar	27.445	26.405
INSS	346	346
	<u>89.017</u>	<u>84.321</u>
	<u>113.899</u>	<u>112.592</u>

9 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, ambientais e previdenciárias em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 9.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

SalDOS dos depósitos e processos judiciais:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos judiciais</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para processos Judiciais</u>
Trabalhistas	45	947	500	3.325
Cível	22	556	-	216
Tributárias	2.174	35.948	1.958	33.181
	<u>2.241</u>	<u>37.451</u>	<u>2.458</u>	<u>36.722</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2021	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2022
Trabalhistas	3.325	(978)	(1.461)	61	947
Cíveis	216	306	(48)	82	556
Tributárias	33.181	173	(18)	2.612	35.948
	36.722	(499)	(1.527)	2.755	37.451

	31/12/2020	Adições/ (reversões)	Pagamento	Adições/ (reversões) juros e atualização monetária	31/12/2021
Trabalhistas	3.995	627	(580)	(717)	3.325
Cíveis	1	477	(308)	46	216
Tributárias	28.106	6.955	(322)	(1.558)	33.181
	32.102	8.059	(1.210)	(2.229)	36.722

9.1 – Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes com prognóstico de perda possível no montante aproximado de R\$ 119.466 (2021 - R\$ 71.217), referente a causas de natureza trabalhista, cível e tributária.

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas (a)	2.412	1.705
Cíveis/regulatórios (b)	94.054	52.914
Tributárias (c)	12.644	11.168
Ambientais	10.356	5.430
	119.466	71.217

- (a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FNS e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por responsabilidade subsidiária no pagamento de verbas rescisórias e trabalhistas não quitadas por ex-fornecedores da companhia que hoje se encontram insolventes no mercado, bem como pedidos de horas extras; ausência de intervalo intrajornada; pagamento de adicional de insalubridade, pagamento de adicional de periculosidade.
- (b) Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FNS que alegam prejuízos contratuais e desequilíbrio econômico financeiro no contrato, ações anulatórias e ações de cobranças de estadia realizadas por caminhoneiros e transportadoras.

Regulatórios: trata-se de autos de infração da ANTT originários de alegação de descumprimento do contrato de subconcessão (Metas de Produção, Receitas Alternativas, Manutenção de ativos).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Tributárias: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

Sumário das principais causas:

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível	Breve descrição do processo
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 13.631	<p>Objeto: Metas de Produção FNS 2019. Processo administrativo de multa da ANTT, por não batimento das metas de produção de 2019.</p> <p>Andamento atual: Apresentada defesa, no entanto essa foi indeferida. Interposto recurso administrativo, também indeferido. Assim, foi ajuizada Ação anulatória sob nº 1005631-76.2022.4.06.3800, ainda pendente de julgamento em primeira instância judicial.</p>
Regulatória	Processo administrativo	R\$ 10.007	<p>Objeto: Receitas alternativas FNS 2015 a 2019 - Locação de Material Rodante. Processo administrativo de cobrança da ANTT relativo à incidência de percentual sobre o faturamento do contrato de locação de material rodante entre FCA e VLI.</p> <p>Andamento atual: Apresentada defesa, no entanto essa foi indeferida. Motivo pelo qual interposto recurso administrativo, também improvido. Assim, será ajuizada Ação anulatória no prazo de 75 dias.</p>

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 – Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Total
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.506	376.986	1.008.011	41.689	124.176	1.565.368
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 17)	-	16.518	792	-	-	17.309
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	(56)	-	-	(56)
Adições	-	-	1.333	-	179.971	181.304
Baixas	-	(12.893)	(6.060)	(3)	-	(18.956)
Transferências (c)	3	39.429	101.122	5.848	(184.401)	(38.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.509	420.039	1.105.141	47.535	119.746	1.706.969
Valor de depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.194)	(59.290)	(87.219)	(13.486)	1	(163.188)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(4.441)	(21.985)	-	-	(26.426)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	(627)	-	-	(627)
Adições	(582)	(20.735)	(40.580)	(3.919)	-	(65.816)
Baixas	-	3.475	683	1	-	4.159
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.776)	(80.991)	(149.728)	(17.404)	1	(251.898)
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.509	420.039	1.105.141	47.535	119.746	1.706.970
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 17)	-	15.318	151	-	-	15.469
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	21.237	-	-	21.237
Adições	-	-	969	-	460.995	461.964
Baixas	-	(201)	(7.331)	-	-	(7.532)
Provisão para baixa de ativos	-	-	(1.698)	-	-	(1.698)
Transferências (c)	5	9.358	379.592	18.674	(547.764)	(140.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.514	444.514	1.498.061	66.209	32.977	2.056.275

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos (b)	Locomotivas e vagões (b)	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Total
Valor de depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.776)	(80.991)	(149.728)	(17.404)	1	(251.898)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(5.393)	(5.145)	-	-	(10.538)
Adições	(608)	(21.217)	(43.865)	(5.407)	-	(71.097)
Baixas	-	185	430	-	-	615
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.384)	(107.416)	(198.308)	(22.811)	1	(332.918)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	10.733	339.048	955.413	30.131	119.747	1.455.072
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	10.130	337.098	1.299.753	43.398	32.978	1.723.357

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- (a) O imobilizado em andamento está substancialmente localizado no corredor Centro-Norte, sendo representado pela construção de oficinas e postos de abastecimento e pelas obras nos postos, oficinas e pátios.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 41.730, R\$ 34.845 e R\$ 81.351 (2021 - R\$ 23.298, R\$ 37.034 e R\$ 71.426, respectivamente).
- (c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 – Intangível

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Beneficórtias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.776.431	263	750.369	98.979	2.626.042
Adição	-	-	-	9.822	9.822
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	(2)	(2)
Transferências (c)	-	140	108.231	(70.371)	38.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.776.431	403	858.600	38.428	2.673.862
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(691.609)	(199)	(164.988)	-	(856.796)
Adições	(64.127)	(66)	(51.973)	-	(116.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(755.736)	(265)	(216.961)	-	(972.962)
Valor de custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.776.431	403	858.600	38.428	2.673.862
Adição	-	-	-	30.451	30.451
Baixas	-	(52)	267	(2)	213
Transferências (c)	-	2.671	171.767	(34.303)	140.135
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.776.431	3.022	1.030.634	34.574	2.844.661
Valor de amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(755.736)	(265)	(216.961)	-	(972.962)
Adições	(64.127)	(478)	(62.756)	-	(127.361)
Baixas	-	52	(267)	-	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(819.863)	(691)	(279.984)	-	(1.100.538)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	1.020.695	138	641.639	38.428	1.700.900
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	956.568	2.331	750.650	34.574	1.744.123

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer. A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

(b) O intangível em andamento está substancialmente representado pelas substituições em via permanente e a expansão de pátios e terminais.

(c) As transferências são substancialmente originadas no momento da capitalização dos ativos, derivando de análises que visam respeitar a distinção entre ativos próprios e da concessão.

12 - Fornecedores e contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente, bem como aquisição de material rodante com a VMM, controladora da FNS (Nota 7).

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros (a)	105.720	59.242
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 7)	246.769	8.203
Total de fornecedores	352.489	67.445
Contas a pagar (b)	7.055	1.063
Total de contas a pagar	7.055	1.063

(a) Vide abertura abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	105.579	59.192
Mercado externo	141	50
	105.720	59.242

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto as instituições financeiras. Esta faculdade é conferida aos fornecedores, inexistindo cobranças financeiras direcionadas a Companhia.

Até 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os títulos a pagar possuíam prazos de pagamentos de até 90 dias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 – Financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Cédula de crédito bancário	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	5.396	466
NCE	CDI + 1,62%	2.171	1.457
Debêntures	CDI + 1,70%	3.212	2.397
Custo de transação		(449)	(422)
Total circulante		10.330	3.898
Não circulante			
Financiamento local	IPCA + 0,9581% a 1,1272%	80.767	86.299
NCE	CDI + 1,62%	87.000	87.000
Debêntures	CDI + 1,70%	325.000	325.000
Custo de transação		(1.459)	(1.814)
Total não circulante		491.308	496.485
		501.638	500.383

13.1 - Movimentação dos financiamentos e debêntures

	31/12/2021	Juros apropriados	Adição Custos de transação	Juros pagos	Amortização Custos de transação	31/12/2022
Cédula de crédito bancário	86.765	6.036		(6.638)	-	86.163
NCE	88.457	11.910		(11.196)	-	89.171
Debêntures	327.397	44.836		(44.021)	-	328.212
Custos de transação	(2.236)	-	(104)	-	432	(1.908)
	500.383	62.782	(104)	(61.855)	432	501.638

	Em 31 de dezembro de 2022		
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de financiamentos com instituições financeiras	-	(104)	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(104)		-
Pagamento de juros de financiamentos e debêntures	(61.855)	(61.885)	-

	31/12/2020	Principal	Juros apropriados	Adição Custos de transação	Juros pagos	Amortização Custos de transação	31/12/2021
Cédula de crédito bancário	-	86.299	7.552	-	(7.086)	-	86.765
NCE	-	87.000	4.173	-	(2.716)	-	88.457
Debêntures	-	325.000	13.997	-	(11.600)	-	327.397
Custos de transação	-	-	-	(2.506)	-	270	(2.236)
	-	498.299	25.722	(2.506)	(21.402)	270	500.383

	Em 31 de dezembro de 2021		
Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de financiamentos e debêntures com instituições financeiras	498.299	495.793	-
Custos de transação expurgados da demonstração dos fluxos de caixa	(2.506)		-
Pagamento de juros de financiamentos e debêntures	(21.402)	(21.402)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 - Parcelas de longo prazo dos financiamentos e debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
De um a dois anos	6.363	4.323
De dois a três anos	6.363	5.764
De três a quatro anos	459.493	5.764
De quatro a cinco anos	6.363	416.264
Acima de cinco anos	12.726	64.370
	491.308	496.485

13.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2022	Garantias
Cédula de crédito bancário – ano 2021	86.299	Fiança bancária e alienação fiduciária de material rodante (i)
	86.299	

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2022.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

13.4 - Covenants

A FNS possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros ("Covenants"), com obrigação de medição anual com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

14 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos a recolher		
ICMS	78	90
Imposto de renda retido na fonte	1.807	1.211
PIS e COFINS	325	389
ISSQN	810	575
Outros	3	-
	3.023	2.265
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda e contribuição social	19.686	-
	19.686	-
	22.709	2.265

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 - Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	3.821	4.074
Provisão para férias e 13º salário	5.489	4.698
Participação nos resultados	8.823	9.030
Benefícios trabalhistas	25	-
Outros	85	75
	18.243	17.877

16 - Dividendos a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os dividendos de R\$ 93.903 (2021 - R\$ 49.624) foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais. Os dividendos oriundos do exercício de 2020 foram pagos em setembro de 2021.

Os dividendos remanescentes no montante de R\$ 225.237 e referente a deliberação adicional de 2019 no montante de R\$ 325.237 foram liquidados ao longo do exercício de 2022..

Adicionalmente, foram aprovados e pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 dividendos adicionais no montante de R\$ 148.874.

17 – Arrendamentos e subconcessão

	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Saldo em 31/12/2022
Subconcessão a pagar (a)	286.141	-	-	17.025	-	303.166
Vagões (b)	13.156	(10.181)	707	151	-	3.833
Locomotivas (b)	4.885	(26.199)	41	-	21.273	-
Terminais (b)	86.140	(12.147)	9.848	15.318	-	99.159
	390.322	(48.527)	10.596	32.494	21.273	406.158
Circulante	14.231					3.636
Não circulante	376.091					402.522

	Saldo em 31/12/2020	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Outros	Saldo em 31/12/2021
Subconcessão a pagar (a)	245.616	-	-	40.525	-	286.141
Vagões (b)	23.516	(12.701)	1.552	789	-	13.156
Locomotivas (b)	40.646	(36.640)	910	3	(34)	4.885
Terminais (b)	71.388	(10.313)	8.550	16.517	(2)	86.140
	381.166	(59.654)	11.012	57.834	(36)	390.322
Circulante	46.643					14.231
Não circulante	334.523					376.091

- (a) A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 303.166 (2021 - R\$ 286.141).

Em 8 de março de 2013, a Companhia celebrou com a Valec “Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações” do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

- (b) Em 31 de dezembro de 2022, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, vagões e terminais, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos de curto prazo	100	132
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	719	1.021
Ativos de baixo valor	531	465
Ativos nos quais não se qualifica controle	1.484	3.036
	<u>2.834</u>	<u>4.654</u>

17.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	9.527	25.807
	<u>31/12/2021</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	9.637	27.800

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais.

	Em 31 de dezembro de 2022		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	102.988	135.868	31,9%
Direito de uso	157.926	163.375	3,5%
Despesas financeiras (bruta)	(10.596)	(13.766)	30,0%
Depreciação (bruta)	(10.538)	(11.336)	7,6%

	Em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	104.181	145.639	39,8%
Direito de uso	131.760	152.164	15,5%
Despesas financeiras (bruta)	(11.012)	(15.032)	36,5%
Depreciação (bruta)	(26.426)	(27.535)	4,2%

18 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia e de posse da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.859.134 representado por 1.835.966.791 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro por ação.

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	511.643
(1.835.966.791x 12/12)	1.835.966.791
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	0,28
	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	271.958
(1.835.966.791x 12/12)	1.835.966.791
Lucro líquido do exercício básico e diluído ação - R\$	0,15

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2024 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2025. Vide Nota 23(c).

19 - Receita líquida dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário e serviços acessórios	1.560.721	1.140.451
	1.560.721	1.140.451
Impostos sobre serviços		
ICMS	(31.414)	(25.205)
PIS	(4.556)	(3.330)
COFINS	(20.988)	(15.336)
	(56.958)	(43.871)
Receita líquida dos serviços prestados	1.503.763	1.096.580

20 - Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(88.292)	(86.934)
Material	(21.743)	(14.688)
Combustíveis	(200.629)	(114.789)
Serviços contratados	(46.917)	(36.830)
Partilha de frete	(188.592)	(179.936)
Depreciação e amortização (i)	(207.959)	(205.776)
Tributos e taxas	(993)	(1.016)
Aluguéis	(4.818)	(4.654)
Seguros	(5.590)	(5.211)
Utilities	(3.972)	(4.348)
Viagens	(4.658)	(3.317)
Outros	(163)	(30)
	(774.326)	(657.529)

(i) Contempla R\$ 10.538 (2021 - R\$ 26.426) referente a depreciação dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 1.080 (2021 – R\$ 4.389) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis	(234)	(133)
Compartilhamento de despesas (i)	(45.210)	(34.882)
Pessoal	(1.565)	(521)
Material	(24)	(74)
Tributos e taxas	(85)	(40)
Serviços contratados	(809)	(27.624)
Viagens	(22)	(16)
Outros	(1.081)	(2.318)
	(49.030)	(65.608)

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada indireta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	28.918	21.786
Recuperação de despesas	575	600
Receita com venda de ativos	294	655
Exploração da faixa de domínio	224	284
Take or pay (i)	2.502	690
Indenização de clientes	8.208	5.042
Reversão de provisão para processos judiciais (Nota 9)	499	-
Outras	271	89
	41.491	29.146
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(6.112)	(5.282)
Custo com baixa de ativos (Nota 10)	(6.917)	(14.797)
Custo com venda de materiais	(5.608)	(1.773)
Take or pay (i)	(117)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(5.080)	(1.244)
Perda de recebíveis	(808)	(658)
Provisão para desvalorização de estoques	(197)	(890)
Provisão para processos judiciais (Nota 9)	-	(8.059)
Indenizações	(49.588)	(9.665)
Provisão para baixa de ativos	(1.612)	-
Outras	(2.399)	(2.572)
	(78.438)	(44.940)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(36.947)	(15.794)

(i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (Take or Pay).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	39.878	17.996
Juros, taxa e multas de mora	86	75
Instrumentos financeiros derivativos - NDFs realizadas	-	1.544
Reversão de juros sobre provisão de risco e contingências judiciais (Nota 9)	-	2.229
	39.964	21.844
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(5)	(19)
Despesas com seguro garantia	(94)	(60)
Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures (Nota 13)	(62.782)	(25.722)
Encargos com custo de transação sobre financiamentos e debêntures (Nota 13)	(432)	(270)
Encargos por atraso	(2.016)	(2.103)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(3.456)	(3.145)
Despesas com comissão e fiança	(896)	(590)
Juros, taxas e multas	(58)	(38)
Instrumentos financeiros derivativos – marcação a mercado de NDFs	(139)	-
Despesas financeiras – arrendamento (i)	(9.496)	(9.926)
Ajuste a valor presente	(113)	(1.764)
Juros sobre provisão risco e contingências (Nota 9)	(2.755)	-
Outras despesas financeiras	(27)	-
	(82.269)	(43.637)
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	4.694	(7.139)
Resultado financeiro	(37.611)	(28.932)

- (i) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 1.096 (2021 – R\$ 1.086) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

23 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia efetua o reconhecimento dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, os prejuízos fiscais apurados e as bases de cálculo negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social		
Perdas por redução ao valor recuperável	-	41
Provisão para processos judiciais	12.714	12.467
Ajuste a valor presente	492	492
Participação nos resultados	3.000	3.070
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	-	3.454
Outras	12.732	5.217
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	28.938	24.741

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	8.789
2023	1.180	1.772
2024	5.751	1.772
2025	2.751	1.772
2026	2.751	1.772
2027 em diante	16.505	8.864
	28.938	24.741

Composição dos tributos diferidos passivos:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social		
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(6.238)	(4.648)
Depreciação acelerada	(31.827)	(15.914)
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(38.065)	(20.562)
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	(9.127)	4.179

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2023	(775)	(775)
2024	(1.911)	(1.911)
2025	(1.866)	(1.866)
2026	(1.685)	(95)
2030 em diante	(31.828)	(15.915)
	(38.065)	(20.562)

Movimentação dos tributos diferidos:

	31/12/2020	Efeito no resultado	31/12/2021	Efeito no resultado	31/12/2022
Perdas por redução ao valor recuperável	140	(99)	41	(41)	-
Provisão para processos judiciais	11.005	1.462	12.467	247	12.714
Ajuste a valor presente	226	266	492	-	492
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(2.842)	(1.806)	(4.648)	(1.590)	(6.238)
Participação nos resultados	2.516	554	3.070	(70)	3.000
Depreciação acelerada	-	(15.914)	(15.914)	(15.913)	(31.827)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	-	3.454	3.454	(3.454)	-
Outras	3.420	1.797	5.217	7.515	12.732
	14.465	(10.285)	4.179	(13.305)	(9.127)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	605.970	329.009
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	(206.030)	(111.863)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Lucro da exploração (SUDAM e SUDENE) e programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	112.744	62.379
Despesas não dedutíveis	(330)	(766)
Perdas de recebíveis não cobráveis	-	(223)
Custos com baixa de ativos	-	(5.031)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	-	263
Outras	(711)	(1.810)
	111.703	54.812
Tributos sobre o lucro	(94.327)	(57.051)
Alíquota efetiva	15,57%	(17,34%)

(c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre as receitas auferidas nos transportes ferroviários de carga geral efetuados a partir dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Os Incentivos foram concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE até dezembro de 2025 e de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até dezembro de 2026 e consistem no direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis calculados sobre o lucro da exploração.

Os benefícios são registrados contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação, não sendo permitida a distribuição dos lucros auferidos pelos incentivos fiscais

Abaixo a composição por unidades dos incentivos fiscais:

Unidades FNS	Percentual	31/12/2022	31/12/2021
SUDAM (TO)	61,68%	68.122	35.491
SUDENE (MA)	38,32%	42.326	24.375
	100,00%	110.448	59.866

24 - Informações por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de concessão ferroviária.

25 - Benefícios a empregados

25.1 - Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo das empresas FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos seus executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último se iniciou em 1º de janeiro de 2022, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização do Grupo neste exercício. Os programas vigentes atualmente no Grupo são:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) do Grupo com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida do Grupo, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Phantom: é um programa compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento do Grupo. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o *vesting*. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano. O programa *Phantom* foi extinto em 2020, entretanto, ainda existentes outorgas ativas que são referentes a 2019 e anos anteriores.

A implementação destes programas não obriga o Grupo a realizá-los nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada ao Grupo a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o exercício de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2022 os passivos de incentivos de longo prazo devidos pela Companhia montam a R\$ - (2021 – R\$ 1.424).

25.2 - Planos de previdência privada

(a) Plano de Benefício – FNS

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) têm característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios, são como segue:

- Contribuição normal ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contribuição normal esporádica - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal de risco - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição extraordinária - Destinada ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.

(b) Contribuições

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contribuiu para o plano de contribuição Vale Mais com montante de R\$ 687 (2021 - R\$ 648).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício 31 de dezembro de 2021.

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	8.350	8.810
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	860	606
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	553	549
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(421)	(232)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	(217)	(1.383)
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	9.125	8.350
Reconciliação do benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(1.974)	(1.273)
Custo do serviço corrente	(14)	(26)
Custo dos juros	(203)	(86)
Benefícios pagos pelo plano	421	232
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	58	220
Efeito da experiência do plano	18	(1.041)
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(1.694)	(1.974)
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo	31/12/2022	31/12/2021
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do exercício anterior	6.376	7.537
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	643	494
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	(141)	(2.204)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	553	549
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício	7.431	6.376

FERROVIA NORTE SUL S.A. - FNS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação do <i>asset ceiling</i>	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	7.537	7.537
Receita de juros	606	606
Mudanças no teto do ativo	(1.767)	(1.767)
Saldo no final do exercício	6.376	6.376
Valor reconhecido no balanço patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
	(1.694)	(1.974)
Valor presente dos passivos atuariais	9.125	8.350
Valor justo dos ativos	(7.431)	(6.376)
Efeito do limite do <i>asset ceiling</i>	-	-
Passivo reconhecido no balanço	-	-

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2022	31/12/2021
1. Taxa nominal de desconto -1,0% - R\$	1.852,07	2.158,38
Premissa da análise	11%	9%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$	1.561,79	1.827,77
Premissa da análise	13%	11%
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2022	31/12/2021
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	725,69	2.047,29
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável		
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	110,53	122,66
Ano 2	108,01	115,99
Ano 3	105,03	113,59
Ano 4	101,12	109,76
Ano 5	91,53	107,46
Próximos 5 anos	422,68	482,96
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto	11,68%	10,31%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,97%	6,91%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,08%	5,02%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,08%	5,02%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2022	31/12/2021
Taxa nominal de desconto	10,31%	6,87%
Taxa nominal de crescimento salarial	6,91%	5,34%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,02%	3,27%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,02%	3,27%
	AT-2000	AT-2000
	Segregada por	Segregada por
	Sexo - Suav.	Sexo - Suav.
Tábua de mortalidade	10%	10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

(e) Ativos por categoria

Planos superavitários – Valemals e Valiaprev	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia
Renda fixa	6.992	6.081	Níveis 1 e 2
Renda variável	897	862	Níveis 1 e 2
Estruturado	677	634	Nível 3
Exterior	86	362	Nível 3
Imobiliário	152	154	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	322	258	Nível 3
Total dos investimentos	9.126	8.351	-
Valores a pagar / receber	(1)	(1)	-
Total dos recursos garantidores	9.125	8.350	

26 - Instrumentos financeiros

26.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de instrumentos financeiros derivativos é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de instrumentos financeiros derivativos, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	Swaps cambiais e NDFs
	Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras e clientes
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos Liquidez das aplicações financeiras	Previsões de fluxo de caixa	Orientações de investimento em instrumentos de dívida
		Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Linhas de crédito disponíveis Monitoramento dos limites de crédito/ ratings de instituições financeiras

(i) Sem exposição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 26.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR), Renminbi chinês (CNY) e dólar canadense (CAD).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação, fornecedores e os eventuais instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção.

	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Fornecedores	(141)	(135)	(170)	(191)
	(141)	(135)	(170)	(191)
Efeito líquido no resultado		6	(28)	(49)

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY	CAD
Exercício findo em 31/12/2022	5,2171	3,5445	5,5666	0,7561	3,8542

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI e IPCA). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no exercício:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do exercício analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 5), Obrigações de arrendamento e subconcessões (Nota 17), financiamentos e debêntures (Nota 13), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2022.

31/12/2022				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	13,65%	12,29%	10,24%	6,83%

	31/12/2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	39.878	35.890	29.909	19.939

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre os financiamentos em aberto no final do exercício, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (IPCA).

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2022.

31/12/2022				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	7,37%	8,11%	8,84%	9,95%
TR	1,96%	2,16%	2,35%	2,65%
IPCA	5,58%	6,14%	6,70%	7,53%
CDI	13,65%	15,02%	16,38%	18,43%

	31/12/2022	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - IPCA	10.743	11.817	12.891	14.503
Encargos Financeiros – CDI	52.039	57.243	62.447	70.253

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de créditos

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (i)	373.592	333.241
Contas a receber de terceiros (ii)	458.341	419.820
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	25.455	1.260
	857.388	754.321

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
 - títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
 - renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
 - títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
 - títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.
- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 8.426 (2021 – R\$ 10.696) é devido pela CGG Trading S.A., cliente com maior exposição em aberto na Companhia e cuja realização é fruto de acordo específico de recebimento, estando os recebimentos em dia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ - (2021 - R\$ 121). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2022:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamentos	12.784	13.295	13.827	14.380	14.955	209.758	278.999
Fornecedores	352.489	-	-	-	-	-	352.489
Contas a pagar	7.055	-	-	-	-	-	7.055
Financiamentos e debêntures	75.836	52.330	49.282	436.927	9.370	62.818	686.563
Dividendos a pagar	93.903	-	-	-	-	-	93.903

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida da Companhia é composta pelos financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos e debêntures	501.638	500.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(373.592)	(333.241)
Dívida líquida	128.046	167.142
	25,53%	33,40%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco operacional

A FNS possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do *tipo All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil geral	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 26.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	30/06/2023	R\$ 300.000
Responsabilidade civil do transporte ferroviário - RCTF-C	<i>All risk</i>	31/07/2023	R\$ 20.000 por evento R\$200 para container
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	30/06/2023	24 x Salário base
Vida em grupo	Estagiários	30/06/2023	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/03/2023	R\$ 50.000

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio e com a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

	31/12/2022	31/12/2021
Total passivo	1.455.435	1.292.539
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(373.592)	(333.241)
	1.081.843	959.298
Patrimônio líquido	3.038.663	2.769.797
	35,60%	34,63%

26.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF – *non-deliverable forward*).

26.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	373.592	333.241	373.592	333.241	-
Contas a receber de terceiros	458.341	419.700	458.341	419.700	-
Contas a receber de partes relacionadas	25.455	1.260	25.455	1.260	-
	857.388	754.201	857.388	754.201	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores terceiros	105.720	59.242	105.720	59.242	-
Fornecedores de partes relacionadas	246.769	8.203	246.769	8.203	-
Contas a pagar	7.055	1.063	7.055	1.063	-
Financiamentos	175.334	175.222	161.661	154.440	Nível 2
Debêntures	326.304	325.161	330.091	331.849	Nível 2
Subconcessão (Valec)	303.166	286.141	303.166	286.141	-
Dividendos a pagar	93.903	274.861	93.903	274.861	-
	1.011.482	1.129.893	1.248.365	1.115.799	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES

Conselho de Administração

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Presidente do Conselho

Conselheiros

Silvana Alcântara Oliveira de Souza
Rute Melo Araújo
Alessandro Pena da Gama
Joyce Andrews da Costa

Suplentes

Anderson Abreu Santana dos Santos
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto
Daniel Rezende Schaffazick

Diretoria

Alessandro Pena da Gama
Diretor Presidente

Fábio Tadeu Marchiori Gama
Diretor Financeiro e RI

Fabício Rezende de Oliveira
Diretor de Planejamento e Integração

Daniel Rezende Schaffazick
Diretor Operacional

Márcia Mara Chaves Resende
Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8 "S" MA